
A relação entre Arquivística e Ciência da Informação na sociedade pós-moderna

The relationship between Archival Science and Information Science in the post-modern society

Irisneide de Oliveira Souza SILVA (1), Mariângela Spotti Lopes FUJITA (2)
e Paula Regina DAL' EVEDOVE (3)

(1) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências, Departamento de Ciência da Informação - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Av. Hygino Muzzi Filho, 737, Campus Universitário, CEP. 17525900 - Marília, SP, Brasil, Caixa-Postal: 421.

(1) irisneidesilva@yahoo.com.br; (2) fujita@marilia.unesp.br; (3) sud_dove@yahoo.com.br

Resumen

Aunque existe un consenso según el cual la Biblioteconomía, Archivística y Museología forman el núcleo común de la Ciencia de la Información, sin embargo, se constató que el foco principal de las reflexiones y discusiones realizadas por el área no aborda la relación existente entre la Archivística y la Ciencia de la Información. Este artículo pretende demostrar, a partir de una perspectiva epistemológica-social, la relación existente entre Archivística y Ciencia de la Información con énfasis en la Recuperación de la Información.

Palabras clave: Ciencia de la Información. Archivística. Recuperación de la Información. Interdisciplinariedad. Responsabilidad social.

1. Introdução

Como qualquer outro campo do conhecimento a Ciência da Informação (CI) possui três características gerais que são sua razão de existência, as quais são compartilhadas por vários campos atuais. Por sua vez, a área apresenta-se como sendo interdisciplinar por natureza, entretanto, as relações com as diversas disciplinas estão mudando; está inexoravelmente conectada à tecnologia da informação, sendo uma participante ativa na evolução da sociedade da informação e; possui uma forte dimensão social e humana, a qual está acima e além da tecnologia.

Ao longo das décadas os pesquisadores compartilham de um discurso consensual, segundo o qual a CI é uma ciência que tem como disciplinas originárias a Biblioteconomia, a Arquivística e a Museologia. A partir desta colocação, verificou-se uma gama de trabalhos que se preocupam em investigar como foi historicamente construída a relação da Biblioteconomia com a CI, dentre eles Ingwersen (1992) e Saracevic (1996; 1999). Isso em parte, justifica-se pelo

Abstract

Though a consensus exist in Brazil that Librarianship, Archival Science and Museology form the common core of the Information Science; nevertheless, there is a lack of discussions and reflections on the relationship between Archival Science and Information Science. This article explores, from a social-epistemological perspective, this relationship with an emphasis on Information Retrieval.

Keywords: Information Science. Archival Science. Information Retrieval. Interdisciplinarity. Social responsibility.

fato de que a CI surgiu nos anos 50 como disciplina do corpo teórico da Biblioteconomia e, com o passar do tempo ganhou uma identidade própria tornando-se uma área do conhecimento. A partir disto, constatou-se que o foco principal das reflexões e discussões realizadas não aborda a relação existente entre Arquivística e a CI, portanto, sendo necessário ampliar o referido escopo temático. Neste contexto, um dos problemas crescente é a carência de estudos que reflitam a questão da relação entre as referidas áreas.

Por sua vez, entende-se que tal discussão é relevante tanto para os estudiosos, profissionais, bem como para as instituições educacionais responsáveis pela formação de pesquisadores e profissionais destas áreas. Além disso, esta nova abordagem torna-se necessária ao delimitar uma possível fronteira entre Arquivística e a CI, com intuito de ampliar os seus espaços comuns e propiciar uma maior visibilidade do papel social que circunda tais áreas nesta nova sociedade, a qual, devido ao processo de globalização, é marcado pela necessidade informacional, uma vez que a informação é con-

cebida como base para a construção e formação da sociedade pós-moderna.

Desse modo, o presente trabalho torna-se pertinente ao apontar o processo histórico da Arquivística e da CI, os seus complexos relacionamentos interdisciplinares e a responsabilidade social que permeia o escopo de ambas as áreas do conhecimento tendo como foco a Recuperação da Informação (RI), respeitando as suas especificidades. Contudo, espera-se consolidar a necessidade de uma maior interlocução entre a Arquivística e a CI, de forma que pesquisadores e profissionais compreendam que a teoria e a prática estão vinculadas a um compromisso social.

2. O processo histórico de construção da Arquivística e da Ciência da Informação no campo das ciências

Inicialmente, para que haja uma efetiva articulação em torno das congruências e divergências que circundam a CI e a Arquivística, busca-se esclarecer que diferentemente desta última, a CI não é uma ciência clássica, mas sim uma ciência recursiva que se apropria, visando a seus objetivos, dos conhecimentos já existentes, dos avanços tecnológicos e suas possibilidades, bem como se define segundo as demandas sociais. Portanto, reforça-se que desde o final do século XX a sociedade passa por profundas transformações nos modos de produção e, especialmente, nos modos de produção do conhecimento, influenciando diretamente no campo científico de ambas as áreas.

2.1. Arquivística

A Arquivística surge em decorrência do processo histórico e social aberto pelo movimento da Revolução Francesa de 1789, com a criação do Arquivo Nacional da França. Desde então, começa a considerar como seu objeto a documentação arquivística que interessava e legitimava a história do Estado Nação. Posteriormente, passou a preocupar-se com os “métodos e técnicas”, com o objetivo de constituir, recuperar e difundir a documentação dentro do Estado burocrático moderno. Na segunda metade do século XIX, franceses formularam o princípio do respect des fonds (1) (1841), mais tarde reformulado pelos estudiosos alemães e holandeses como princípio da proveniência (2) (1874). Esse princípio básico talvez explique porque a Arquivística permaneceu por muito tempo voltada para os arquivos históricos ou permanentes. Porém, o referido princípio não descartava o tratamento documental nos arquivos correntes.

Após a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), o governo dos EUA instaura uma reforma administrativa, com o objetivo de racionalizar e controlar a informação de grandes massas documentais. Segundo o arquivista e historiador Schellenberg (2004), administrar os arquivos correntes tornava-se necessário, já que isso promoveria a eficiência da administração dos serviços públicos e a economia de tempo na recuperação de documentos, com acesso rápido pelo governo e pesquisadores. Até então, a Arquivística se preocupava prioritariamente com a preservação de documentos de valor histórico, cuja mudança deu-se devido à reorganização administrativa norte-americana que criou um modelo que estabelecia o controle de documentos de arquivo desde a sua produção, armazenamento, eliminação e guarda permanente.

Com a denominada “explosão informacional”, no que tange aos arquivos, surgiu a concepção de informação como recurso estratégico a ser gerenciado. Esse enfoque informacional emerge em função da atribuição de novos valores à informação, relacionado à significação social do progresso e da inovação tecnológica. Contudo, considera-se que a obra de Schellenberg possui a gênese do conceito de “informação estratégica”, posteriormente designada, por Heredia Herrera (1991, p. 98) de “gestão de documentos” ou “gestão da informação”.

Consequentemente, as circunstâncias históricas atribuíram a relevância da informação para a tomada de decisões, o que gerou as condições necessárias para o processo de desenvolvimento da “nova Arquivística”. No que tange ao processo de construção Arquivística evidenciada na literatura, particularmente, as obras Arquivos modernos: princípios e técnicas de Schellenberg publicada em 1956; a obra de Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, Os fundamentos da disciplina Arquivística, publicada em 1994 e a obra elaborada por Armando Malheiros da Silva et al., Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação (1999), destacando-se, sobretudo, esta última pelo seu aprofundamento e comprometimento com a CI.

Entretanto, a obra dos canadenses Rousseau e Couture (1998) tem como premissa a necessidade de mudança do objeto da Arquivística como condição para que esta se transforme em uma ciência autônoma, no contexto de uma sociedade que é movida pela informação. Os referidos autores verificaram que um dos problemas vivenciados pela Arquivística refere-se à diversidade de abordagens, suscitando três visões: uma concepção unicamente administrativa, voltada para o valor primário do documento; uma postura tradicional que se preocupa

exclusivamente com o valor secundário do documento; ou, por último, uma concepção nova, integrada e global que tem como objetivo ocupar-se simultaneamente do valor primário e do valor secundário do documento. Contudo, defendem uma Arquivística integrada.

A nova Arquivística integradora concebe como objeto a informação, ao mesmo tempo em que defende a gestão documental colocando-se contrária a Arquivística tradicional, que desde sempre, tem os arquivos e os documentos como objeto. Nesta concepção a informação é tida como estratégica no ambiente organizacional, cujo acesso informacional contribui na tomada de decisões, na agilidade do processo produtivo, na melhoria da qualidade de produtos e serviços e, conseqüentemente, torna-se um fator decisivo para a competitividade.

Considerando-se que a literatura arquivística caracteriza-se pelas publicações de seus manuais, constata-se que a questão do objeto e do método não é colocada pelos grandes tratados da Arquivística clássica, dentre eles o Manual dos arquivistas holandeses (Muller, Feith e Fruin, 1898), o qual fornece os primeiros fundamentos das regras e dos métodos de tratamento dos arquivos, tomando por base o positivismo clássico; o Manual of Archive administration (Jenkinson, 1922), proporcionando uma visão mais pragmática da área; e o Manual Archivística general: teoría e practica (Heredia Herrera, 1991), que aborda os princípios, os critérios e as normas fundamentais do tratamento arquivístico, distinguindo arquivos administrativos e históricos. Nessa perspectiva, os autores da Arquivística voltam-se para os problemas de natureza prática, não descendo à essência da disciplina e às causas de sua inserção no campo da CI.

Entretanto, dentro desta nova concepção a Arquivística apresenta-se como sendo (Silva et al., 2002, p. 211):

uma ciência da informação social, que estuda o arquivo enquanto sistema (semi-) fechado, não através de um dispositivo metodológico fragmentário virado só para a componente funcional/serviço, isto é, transferência e recuperação da informação, mas através de dispositivo coeso, retrospectivo e prospectivo, capaz de problematizar em torno de leis formais, ou princípios gerais, [cuja] atividade humana e social implica no processo informacional arquivístico

Portanto, o novo paradigma para a Arquivística deve evidenciar os aspectos humanos no bojo dos arquivos, uma vez que o mesmo é participante de um sistema intermediário de RI. Todavia, entende-se que um dos grandes desafios para a Arquivística na era da pós-modernidade

é equacionar problemas teórico-metodológicos com aplicação prática, particularmente, no que se refere à organização e representação das informações, objetivando uma efetiva RI.

Assim, influenciados pela tradição dos manuais clássicos a maioria dos estudos da Arquivística continua a focar no tratamento documental apenas a organização e representação documental. Por sua vez, não conseguem visualizar que na sociedade pós-moderna a questão da RI deve ser relacionada aos usuários da informação, cuja problemática precisa ser equacionada pela Arquivística. Para tanto, salienta-se a necessidade de um olhar atento para os estudos que focam as abordagens que integram aspectos humanos e tecnológicos desenvolvidos há décadas pela CI no campo da RI.

2.2. Ciência da Informação

A CI nasce no entremeio contraditório entre as disciplinas sociais e tecnológicas e no espaço deixado por recortes já instituídos pela Biblioteconomia e demais ciências sociais. Portanto, surge ao lado de outras configurações temáticas datadas de 1950 em diante, tais como a do processamento automático de dados, análise de sistemas, cibernética, inteligência artificial, pesquisa operacional, psicologia cognitivista e outras, todas consideradas ciências novas.

Neste período, dois fatos marcaram a história da CI: o primeiro referente à publicação da obra de Paul Otlet denominada *Traité de Documentation: le livre sur le livre - theorie et practic* (1934), a qual lança os fundamentos epistemológicos para o conceito da nova Ciência da Documentação, de caráter universal, que em 1958 seria denominada de Ciência da Informação e; o outro evento deve-se a publicação do artigo *As we may think*, de Vannevar Bush (1945), no qual o referido autor delineia uma proposta para o tratamento e uso da informação em conformidade com as tecnologias da época, idealizando a máquina MEMEX (3). Na visão de Saracevic (1999, p. 1052), Bush tornou visível a “explosão informacional” e a necessidade de “tornar acessível os acervos de conhecimento”.

Naquele momento, governos do mundo inteiro passam a apoiar projetos de cunho informacional tendo em vista que a ciência e a tecnologia são estrategicamente importantes para o processo de desenvolvimento da sociedade capitalista. Nos EUA, a National Science Foundation (NSF) de 1950 a 1958 - criou algumas ações governamentais visando estimular o intercâmbio entre cientistas do país e do exterior para promover a disseminação da informação científica

e técnica de valor consistente para o interesse nacional.

Em 1968, a American Documentation Institute (ADI) passou a ser denominada American Society of Information Science (ASIS). Nesse mesmo ano Harold Borko (4), publica o clássico artigo *Information Science – Wat is it*, no qual procura conceituar a CI, tornando-se um marco histórico na área devido a sua profundidade teórica.

No final dos anos 70, Belkin (1978) passa a defender o conceito de “informação útil” relacionado à questão da RI. Para tanto, o referido autor pauta-se na relevância e operacionalidade ao enfatizar a aplicabilidade da informação em contextos específicos na CI, com intuito de prever dificuldades dos diversos usos da informação na perspectiva social da RI. Assim, após a década de 70, a CI incorpora abordagens humanas e sociais orientadas para a questão dos usuários.

Para Ingwersen (1992) na década de 80, o campo da CI enfatizou a possibilidade de cooperação entre a tecnologia e a esfera humana no que tange a transferência da informação armazenada em vários meios. Consequentemente, o referido autor apontou como tendências da CI para os anos 90 o foco na transformação da informação em conhecimento, bem como previu o renascimento dos modelos mais sólidos de RI capazes de promover o acesso adequado à informação potencialmente relevante. A partir deste escopo, as questões voltadas ao acesso e uso da informação deixam de serem tratadas separadamente.

Ao longo da história, a construção do campo científico da CI vem se defrontando com problemas, sobretudo, de natureza conceitual relativa à pesquisa básica e aplicada. Neste sentido, a questão do objeto e do método por muito tempo perpassou essas questões de forma que muitas discussões caminham no sentido de verificar a identidade da CI, conforme o padrão de cientificidade ocidental instituído depois do século XVII e consolidado no século XIX. Tais posturas fizeram com que, “a ciência da informação nunca atinge a categoria de ciência, porque as características de ciência estão ausentes: objeto único, método único” (Wersig, 1991 apud Robredo, 2003).

Desse modo, por mais de quatro décadas os cientistas da informação delimitaram o objeto da CI como sendo informação registrada passível de ser transmitida. Certamente, esses fatos contribuíram para a crise de identidade da CI, principalmente em relação ao seu caráter de cientificidade.

Para superar essa condição, desde o final dos anos 80 os estudiosos passam a investigar a CI sob o paradigma da complexidade, contextualizando-a como uma ciência pós-moderna. Essa concepção vem sendo discutida nos estudos de Wersig e Windel (1985); Wersig (1993); Day (2003); Robredo (2003) e Kobashi e Tálamo (2003). De forma genérica, defendem que a CI deve ser contextualizada no período posterior a sociedade moderna, ou seja, concebida como uma ciência pós-moderna. Por sua vez, esse status liberta a CI do modelo clássico de ciência com objeto e método único anteriormente aceito.

Conforme essa nova concepção, o objeto e o método são elementos sociais contextualizados dentro de fluxos de informação e de conhecimento, pois a CI apresenta-se como um campo de estudo, pesquisa e aplicação relacionada com a informação, cuja amplitude em muito ultrapassa seus limites pré-estabelecidos (Robredo, 2003). Assim, este novo posicionamento acentua na CI uma natureza interdisciplinar, a qual ampliou o foco das abordagens e implicou na adoção de métodos diferenciados. Sobre isto, Smit, Tálamo e Kobashi (2004) apontam que a abordagem do objeto da CI é interdisciplinar, uma vez que esta é uma imposição das problemáticas abordadas.

Assim, considera-se importante frisar que a CI constitui um campo específico do conhecimento. Nesta vertente, a mesma não possui um único objeto, mas problemas informacionais dentro de um contexto social, político, cultural e social amplo e complexo que necessita ser investigado a partir de questões apresentadas pela ciência e pela sociedade.

Portanto, há uma nova orientação para as pesquisas em CI no quadro do conhecimento da sociedade pós-moderna assinalada pela despersonalização, fragmentação, confiabilidade e racionalização do conhecimento (Kobashi; Tálamo, 2003). Contudo, acredita-se que o paradigma da informação é conhecimento para a ação e, que o papel da CI é auxiliar os atores sociais que necessitam do acesso e uso da informação (Wersig, 1993).

3. A esfera interdisciplinar entre Arquivística e Ciência da Informação: algumas contextualizações

A CI apresenta-se como sendo dinâmica, instável e potencialmente catalisadora dos estudos sobre fenômenos informacionais, cujo objetivo é compreender as relações humanas mediadas pela informação e os desdobramentos dessa ação considerando todas as suas configurações

fenomenais, suas qualidades, características e singularidades. Para tanto, torna-se imprescindível compreender, do ponto de vista do sujeito, os aspectos sociais e técnicos envolvidos na ação de produzir, sistematizar, organizar, disseminar e recuperar a informação, uma vez que a mesma é sustentada por fundamentos teóricos e metodológicos, processos, manifestações culturais, sociais e organizacionais.

Outrossim, uma das propostas da área é a abordagem científica dos fenômenos que envolvem a “noção de informação” ocorrendo, para tanto, um diálogo entre as várias áreas do conhecimento que trabalham efetivamente com o conhecimento da informação e seus registros, as necessidades e os usos da informação em seus contextos sociais, institucionais e individuais, bem como com a comunicação humana.

As bases conceituais da CI apontam que a área dedica-se à investigação científica em torno da informação registrada buscando sanar as possíveis necessidades informacionais, sobretudo dos indivíduos, instituições e sociedade. Porém, Popper (1972) salienta que a CI não estuda assuntos, mas sim os problemas, os quais, no seu entendimento, devem atravessar os limites de qualquer assunto ou disciplina. Portanto, a CI como qualquer outro campo, é definida pelos problemas que apresenta e pelos métodos que escolhe para resolvê-los (Saracevic, 1996).

Assim, acredita-se que a CI caracteriza-se como um campo do conhecimento que estuda a informação registrada e alicerçada no bojo social. Neste sentido, seus processos requerem a consolidação de diálogos interdisciplinares, nos quais a mediação, a formação e a interação informacional sejam evidenciadas, a fim de ser possível compreender o modo como os sujeitos e informações se articulam.

A partir de uma das definições mais influentes da área cunhada por Borko (1968, p. 1) observa-se à abrangência de disciplinas relacionadas à CI, enquanto um:

campo devotado à investigação científica e prática profissional que trata dos problemas de efetiva comunicação de conhecimentos e de registros do conhecimento entre seres humanos, no contexto de usos e necessidades sociais, institucionais e/ou individuais de informação.

Portanto, entende-se que a CI em seu escopo compreende a investigação em diversas áreas como: a Biblioteconomia, Arquivística, Museologia, Comunicação Social, Lingüística, Psicologia, Ciência Cognitiva e Computacional, dentre outras tantas. Todavia, tais áreas podem e devem manter um relacionamento ativo com a CI, a partir da esfera interdisciplinar.

A interdisciplinaridade é um marco das Ciências Sociais e Humanidades, sendo componente da maioria das Ciências que emergiram a partir dos anos 1940. De acordo com Domingues (2005), as pesquisas interdisciplinares apresentam dois aspectos: a aproximação de campos disciplinares diferentes para a solução de problemas específicos, e o compartilhamento de metodologias visando equacionar os problemas específicos de cada área. Assim, a interdisciplinaridade refere-se à aproximação de distintos campos disciplinares para a solução de problemas específicos.

Muitas vezes se confunde interdisciplinaridade com a mera incorporação de conceitos, teorias e métodos de uma disciplina para outra. Porém, deve-se colocar em foco que esse percurso não caracteriza a interdisciplinaridade, no máximo a potencializa, sugere sua necessidade, oferece as condições necessárias ao seu aparecimento, que só se concretizará a partir do diálogo concreto entre as disciplinas.

Segundo Barreto (2004), a interdisciplinaridade no cenário atual tem sido usada para introduzir, de maneira vaga e circunscrita num certo autoritarismo acadêmico, as soluções mal arrumadas para os problemas centrados nas dificuldades teóricas, metodológicas e práticas de uma área. Nesta problemática, busca-se preencher as lacunas teóricas com arcabouços prontos de outras áreas originando, por vezes, o aparecimento de novas lacunas.

Contudo, concorda-se com a visão de Mostafa (1996) ao pontuar que o campo da CI é contraditório na medida em que nega as suas demarcações embrionárias. Ao mesmo tempo em que a área se aprofunda em determinadas questões e busca resolver algumas contradições, lacunas permanecem abertas, uma vez que toda demarcação é limitante.

Portanto, para Palmade (1979) a interdisciplinaridade não pode ser apenas uma simples e rasa transferência de problemas, conceitos e métodos de uma disciplina para outra, mas deve proporcionar uma integração interna e conceitual que rompe a estrutura de cada disciplina para construir uma axiomática nova e comum a todas elas com o fim de dar uma visão unitária de uma determinada área do saber.

Desse modo, a interdisciplinaridade na CI ocorre por duas razões, uma interna e outra externa. A primeira está relacionada ao movimento epistemológico interno, oriundo de problemas da área que não são respondidos por construtos ou abordagens de uma única disciplina. A segunda tem origem nas diferentes formações e

conhecimento dos especialistas da área (Saracevic, 1999).

Analisando o campo interdisciplinar da CI, percebe-se que os estudos e pesquisas que tratam sobre a interdisciplinaridade acabam por reconhecer que (Pinheiro, 1999).

a Ciência da Informação incorpora muito mais contribuições de outras áreas, do que transfere para essas um corpo de conhecimentos gerados dentro de si mesma.

Considerando-se que existem aproximadamente cerca de 40 campos nos quais a informação desempenha um papel estratégico, mas não é objeto de estudo, a Arquivística insere-se ativamente nesse cenário interdisciplinar da CI ao trabalhar com os suportes informacionais visando sua preservação e disseminação (Machlup; Mansfield, 1983, apud Pinheiro, 1997).

Desde a Revolução Francesa o modelo arquivístico vigente que está voltado principalmente à conservação do patrimônio documental é questionado pela abordagem arquivística pós-moderna ou pós-custodial, que vem sendo construída nas últimas décadas. Todavia, os novos estudos procuram definir a Arquivística como disciplina autônoma, a qual apresenta um bojo interdisciplinar pertinente, principalmente com a CI.

Diante desta nova perspectiva, Gagnon-Arguin (1992) recorre à concepção da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), quanto às relações entre a CI, a Biblioteconomia e a Arquivística, segundo a qual, os três domínios possuem o mesmo objeto (a informação registrada num suporte), embora de forma distinta.

Assim, mesmo que o domínio da Arquivística esteja definido, com fundamentos teóricos distintos que se aplicam ao tratamento de conjuntos documentais, acredita-se que a área, apesar dos avanços científicos deva reconhecer a necessidade de discussões em torno da RI em suas bases conceituais. Para tanto, a Arquivística deve buscar uma ativa aproximação com a CI a fim de atender a demanda informacional da sociedade pós-moderna, por meio de um diálogo permanente.

4. A recuperação da informação como contribuição da Ciência da Informação para a Arquivística: um olhar para a responsabilidade social

A informação no cenário da sociedade pós-moderna configura-se como um instrumento transformador de libertação ou dominação, alie-

nação ou conscientização, sucesso ou fracasso, desenvolvimento ou estagnação, conforme seja ela transmitida e utilizada e para quem e como seja direcionada (Machado, 2000). Consequentemente, a informação deve caminhar ao lado do homem na construção da cidadania.

No panorama mostrado acima, a informação sempre foi fundamental para qualquer sociedade, independente de seu contexto histórico. O que se percebe neste entremeio é a constante modificação no papel e na relevância da informação em um dado contexto (Saracevic, 1999). A partir desta realidade, faz-se cada vez mais eminente que os profissionais da informação assegurem e façam valer o cunho social de suas áreas de atuação, pois o ato de transmitir informação para aqueles que dela necessitam é uma responsabilidade social, a qual reflete o verdadeiro fundamento da CI, bem como de suas áreas afins como a Arquivística.

Nessa perspectiva, Silva et. al (2002) propõem que o novo paradigma para a Arquivística deva caracterizar-se pela teoria sistêmica, no qual o arquivo é visto como um sistema de informação social em que a estrutura, a função e a memória são definidoras dos possíveis tipos de arquivos. Nesta mesma linha de pensamento, González de Gómez (1990, p. 118) aponta que o arquivo é um participante e representante de um "Sistema formal intermediário de Recuperação da Informação". Conforme a autora um dos desafios consiste em investigar tais sistemas sob o ponto de vista dos fatores externos como as condições culturais, históricas e sociais para perceber o "universo da ação, do conhecimento e do discurso social".

Tendo em vista que Belkin (1978) defende a necessidade de um auto-conhecimento da CI com intuito de ultrapassar a visão reducionista e adequar essa disciplina aos modelos tradicionais da ciência, propõe os atributos pautados na relevância e na operacionalidade, os quais se relacionam à RI quanto a três aspectos: metodológicos, comportamentais e conceituais. O referido autor enfatiza a importância da aplicabilidade da informação em um contexto específico para a CI e, ao mesmo tempo aponta a dificuldade de se prever os efeitos individuais dos diversos usos da informação na perspectiva social da RI.

Por sua vez, a RI enquanto um dos focos da CI faz-se presente no desenvolvimento de especialidades como a Bibliometria, Estudo de Usuário e Comunicação Científica. Entretanto, a partir de uma visão mais profunda exposta por Saracevic (1996) tem-se a RI como o núcleo da CI, uma vez que a RI insere-se na área como uma

tentativa de solucionar o problema da explosão informacional com vistas a assegurar o seu papel social. Na visão do autor, a RI engloba os aspectos intelectuais da descrição de informações e suas especificidades para a busca, indo além dos sistemas, técnicas ou máquinas empregados para o desempenho da operação.

Alguns estudiosos da CI, dentre eles Belkin (1978), Saracevic (1996) e Capurro (2003) defendem que a RI, assim como a aquisição, produção, armazenamento, tratamento e organização seria uma atribuição de interesse dos profissionais de informação. A participação dos cientistas da informação em RI baseia-se na linha histórica da Biblioteconomia. Entretanto, Svenonius (2000) reconhece a emergência de outras entidades.

No tocante à Arquivística, Taylor (2003) observa que a organização dos documentos de arquivo obedece aos Princípios da Proveniência e do Respeito à Ordem Original e destaca que um movimento significativo de padronização da descrição arquivística vem se intensificando nos últimos anos, em função do crescimento das pesquisas que utilizam a fonte arquivística. Assim, a descrição arquivística, materializada nos instrumentos próprios de pesquisa, insere-se num contexto mais amplo que é o do papel social dos arquivos, o qual vai ao encontro da proposta social da CI.

Diante do exposto, assinala que a utilização das normas de descrição viabiliza, no âmbito arquivístico, o acesso a documentos como “provas de ação” e a construção dos instrumentos de pesquisa, os quais concretizam a recuperação dos documentos e das informações neles contidas (Duranti, 1994).

Considerando-se que o foco da CI refere-se à “informação como um fenômeno inscrito na realidade humana e social”, tal objeto coincide com o da Arquivística, o qual consiste num conjunto documental produzido e acumulado, ou seja, a informação resultante das atividades do homem em sociedade (Silva et al., 2002, p. 31). Portanto, ao considerar as relações entre a Arquivística e a CI no contexto social e a informação enquanto objeto de interesse, a preocupação acerca da RI é comum na concepção das duas áreas.

5. Considerações finais

Para compreender uma ciência torna-se necessário, ainda que de forma breve, voltar às suas origens e buscar a essência, visando a um efetivo entendimento de sua relação interna, com outras ciências e com a sociedade, consi-

derando-se que nenhuma ciência pode ser analisada isoladamente, mas deve ser vista dentro de um processo interacional.

No anseio pela interdisciplinaridade, as áreas do conhecimento devem se ater ao fato de que a ação ou ato interdisciplinar não pode simplesmente enfatizar as teorias e conceitos de um campo/área e a partir deles formar um novo conhecimento em outro campo/área. Torna-se imprescindível, a partir das discussões e reflexões ora expostas, que este transporte de idéias e métodos respeite as características existentes e manifestadas da área que empresta, uma vez que o estabelecimento de um canal formal de comunicação e de relações entre as áreas será o nicho necessário ao seu desenvolvimento e sustentabilidade enquanto ciência.

Contudo, entende-se que este novo cenário abre precedentes para o surgimento de outros paradigmas e diretrizes entre a Arquivística e a CI, visando a uma maior fundamentação dos corpos teóricos e delineamento de seus horizontes científicos, os quais se encontram em construção. Neste sentido, acredita-se que a delimitação do escopo de abrangência da Arquivística em relação a CI suscitará a aproximação das áreas e, conseqüentemente, contribuirá para um fortalecimento teórico-conceitual de seus campos científicos.

Salienta-se que a Arquivística enquanto área do conhecimento possui seu próprio domínio, com fundamentos teóricos distintos que se aplicam ao tratamento documental. No entanto, torna-se importante reconhecer que apesar dos avanços, os estudiosos da Arquivística precisam urgentemente refletir sobre a questão da RI, com vistas a um efetivo acesso e uso da informação na sociedade pós-moderna. Para tanto, salienta-se a necessidade de se manter um diálogo permanente com a CI.

Neste sentido, as sociedades pós-modernas requerem uma nova postura de estudiosos e profissionais da Arquivística e da CI. Por isso é preciso ir além das fronteiras estáticas, de modo que possibilite um ‘novo olhar’ sobre o documento enquanto objeto tangível e intangível, dentro de um contexto social, político e cultural mais amplo, fruto das relações sociais entre os homens no processo de produção e reprodução do conhecimento. Só assim, a Arquivística e a CI cumprirão o seu papel social, ao mesmo tempo em que ganharão status e visibilidade perante a sociedade.

Os esforços de cientistas e profissionais da informação que investigam a pesquisa básica e aplicada na Arquivística e na CI são necessários na atual sociedade, complexa e pluralista, na

qual os atores sociais buscam no patrimônio documental conteúdos informacionais que atendam de fato suas necessidades sociais e culturais de grupos e indivíduos, tais como: construção de identidades culturais; construção e preservação de memórias individuais e coletivas; e construção da cidadania.

Portanto, tentou-se neste trabalho, de forma resumida, relacionar a interface existente entre a Arquivística e a CI a partir das contribuições da RI. Considera-se, porém, que outros estudos devem ser realizados com base nessa perspectiva objetivando um maior aprofundamento desta relação.

Notas

- (1) No ano de 1841, foi formulado na França o princípio do *respect des fonds*, segundo o qual deve-se agrupar os documentos oficiais de acordo com a natureza das instituições públicas que o acumularam.
- (2) De acordo com esse princípio os documentos de cada órgão devem ser mantidos, no arquivo de custódia, na ordem dada pelo serviço de registro do órgão e não devem ser reorganizados por grupos de assuntos.
- (3) O MEMEX teria capacidade de “associar idéias” e promoveria a duplicação dos “processos mentais artificialmente”. Apesar do Memex nunca ter sido construído, as idéias de Bush foram importantes para a criação da Ciência da Informação (Saracevic, 1999, p. 1052).
- (4) Artigo publicado com base na concepção de Ciência da Informação de Robert S. Taylor e nos trabalhos das Conferências de 1961-1962.

Referências

- Barreto, A. A. (2004). Sobre a interdisciplinaridade. // *DataGramZero*, 5:6 (dezembro 2004).
- Belloto, H. L. (2004). *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. rev.e ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- Belkin, N. J. (1978). Information concepts for information science. // *Journal of Documentation*. 4:1 (mar. 1978) 55-85.
- Borko, H. (1968). Information Science is it? // *America documentation*. 19:1 (jan. 1968) 03-05.
- Bush, V. (1945). As we may think. // *The Atlantic Monthly*. 176:1 (july 1945) 101-108.
- Capurro, R. (2003). Epistemologia e Ciência da Informação. // *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*, 5. Belo Horizonte, 2003. Anais... Belo Horizonte, 2003.
- Day, R. (1996). LIS, Method and Postmodern Science. // *Journal of Education for Library and Information Science*. 37:4 (1996).
- Domingues, I. (2005). *Conhecimento e transdisciplinaridade II: aspectos metodológicos*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2005.
- Duranti, L. (1994). Registros documentais contemporâneos como prova de ação. // *Estudos Históricos*. 7:13, (jan./jun. 1994) 49-64.
- Gagnon-Arguin, L. (1992). *L'Archivistique: son histoire, ses acteurs depuis 1960*. Québec: Presses Universitaires du Québec, 1992.
- González de Gomez, M. N. (1990). O objeto de estudo da Ciência da Informação: paradoxos e desafios. // *Ciência da Informação*. 19:2 (jul./dez. 1990) 117-122.
- Heredia Herera, A. (1991). *Archivística general teoría y práctica*. 5. ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.
- Ingwersen, P. (1992). Conceptions of Information Science. // Vakari, P.; Conin, B. (eds.). *Conceptions of Library and Information Science: historical, empirical and theoretical perspectives*. London: Taylor, 1992. p. 299-312.
- Jenkinson, H. (1937). *A manual of archive administration*. [1922] 2 ed. London, 1937.
- Lopes, L. C. (1998). *A imagem e a sombra da arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Público, 1998.
- Kobashi, Y.; Tálamo, M. F. G. M. (2003). Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. // *Transinformação*. 15 (set./dez., 2003) 7- 21.
- Mostafa, S. P. (1996). Ciência da informação: uma ciência, uma revista. // *Ciência da Informação*. 25:03, 1996.
- Muller, Feith; Fruin, R. (1940). *Manual for the arrangement and description of archives*. Trad. Arthur H. Leavitt. New York, 1940.
- Otlet, P. (1934). *Traité de Documentation: Le livre sur le livre – Théorie et pratique*. Bruxelles: Editions Mundaneum, 1934. 411 p.
- Palmade, G. (1979). *Interdisciplinaridade e ideologias*. Madrid: Narcea, 1979.
- Pinheiro, L. V. R. (1997). *A Ciência da Informação entre sobra e luz: domínio epistemológico e campo interdisciplinar*. Rio de Janeiro, UFRJ/ECO, 1997. Tese (Comunicação e Cultura). Orientadora: Gilda Braga.
- Pinheiro, L. V. R. (1999). *Campo interdisciplinar da ciência da informação : fronteiras remotas e recentes*. // Pinheiro, L. V. R. *Ciência da Informação, ciências sociais e interdisciplinaridade*. Brasília: IBICT, 1999. p. 155-1982.
- Popper, K. R (1972). *Conjectures and refutations: the growth of scientific knowledge*. 4th rev ed. New York: Basic Books.
- Robredo, J. (2003). *Da Ciência da Informação Revisitada aos Sistemas Humanos de Informação*. Brasília: The-saurus, 2003.
- Rousseau, J.; Couture, C. (1998). *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Trad. Bigotte de Figueiredo. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- Saracevic, T. (1996). Ciência da Informação: origem, evolução e relações. // *Perspectivas em Ciência da Informação*. 1:1 (jan./jun. 1996) 4-62.
- Saracevic, T. (1999). Information Science. // *Journal of the American Society for Information Science*. 50:12 (1999) 1051-1063.
- Schellenberg, T. R. (2004). *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Trad. Nilza Teixeira Soares. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- Silva, A. M. ; et al. (2002). *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- Smit, J. W.; Tálamo, M. F. G. M.; Kobashi, N. Y. (2004). *A determinação do campo científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica*. // *DataGramZero*. 5:1 (fev./04).
- Svenonius, E. (2000). *The intellectual Foundation of Information Organization*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000.

- Taylor, A. The organization of information. (2003). 2.ed. Library and Information Science Text Series. 2003.
- Wersig, G. (2003). Information Science: the Study of post-modern Knowledge usage. // Information Processing & Management. 29:2 (1993) 229-239.
- Wersig, G.; Windel, G. (1985). Information Science needs a theory of "information actions". // Social Information Studies. 5 (1985) 11-23.